

Moção 20

Em defesa da autonomia administrativa e financeira dos Núcleos Territoriais

Desde a sua fundação em 2014, o LIVRE distinguiu-se das demais forças políticas, não só pela ideologia mas também pela organização interna, assente em processos de decisão inclusivos, nomeadamente os associados à escolha de candidatas e candidatos através de eleições primárias abertas à generalidade das pessoas.

É neste desejo de inclusão - enfim, de explicitação da democracia - que se integra, em grande medida, o programa eleitoral sufragado nas eleições legislativas de 2025, em particular considerando o apelo a “um país territorialmente mais justo e sustentável”, que permita “concretizar a regionalização” e “implementar progressivamente a descentralização dos organismos públicos”.

Entretanto, em 2024 e 2025, com a conquista de mandatos à Assembleia da República, nos distritos do Porto e de Setúbal, iniciou-se um decisivo processo de crescimento do partido, alargando a sua base de apoio e inscrição social; e este trajeto acelerou em outubro do ano passado com a eleição de 68 pessoas para assembleias municipais e de freguesia espalhadas por todo o país.

Foi bonito, foi importante e esperamos que seja mais um passo numa história feliz e capaz de transformar Portugal num país mais progressista e justo; mas a verdade é que não estávamos preparados para este crescimento e dispersão das pessoas que quotidianamente representam o partido em assembleias com escalas e contextos diversos.

Atualmente - 9 meses depois do ato eleitoral - as deputadas e os deputados do LIVRE, nas autarquias portuguesas, permanecem reféns de regras e práticas centralizadas, que não permitem o exercício dos mandatos com a capacidade de produção e visibilidade que o partido, e quem nele votou, merece.

No que a si próprio diz respeito, o partido não deve passar ao lado dos princípios da regionalização e descentralização que projeta para o país, mantendo os núcleos territoriais numa situação de dependência, fragilidade e imaturidade, que não permite o apoio quotidiano reclamado pelas dezenas de mandatos autárquicos.

Assim, esta moção propõe que o LIVRE consagre uma assertiva autonomia administrativa e financeira dos NTs, dotando-os também dos respetivos recursos, de modo a permitir uma gestão descentralizada, que garanta a implantação municipal e distrital do partido, e também o apoio ao exercício dos mandatos autárquicos.

Proponentes

- Carlos Costa
- André Sousa
- António Valverde
- Catarina Martins
- Cláudio Santos
- Diana Azevedo
- Diamantino Raposinho
- Filipe Pinto
- Gisela Leal
- Hélder Sousa
- João Gomes
- Julieta Guimarães
- Patrícia Teixeira

- Paulo Cunha
- Pedro Sarmiento
- Rui Moreira